



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ESTUDOS PRELIMINARES Nº 0225867/2021

I – Objeto e necessidade da contratação

Objetiva a aquisição de assinatura anual da base de dados eletrônica contendo 20 (vinte) normas atualizadas, abrangendo as Normas Técnicas Brasileiras (NBR), Normas Mercosul (ANM) e Normas Técnicas NBR ISO - *International Organization for Standardization*.

A necessidade da contratação dá-se pela abrangência e pertinência do conteúdo nacional das Normas Técnicas Brasileiras (NBR), das Normas Mercosul (ANM) e das Normas Técnicas NBR ISO. Além disso, pela facilidade de acesso aos juízes federais e estaduais que se encontram espalhados por todo o território nacional por intermédio da Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU).

O acervo da Biblioteca do Conselho de Justiça Federal caracteriza-se por ser altamente especializado na área do Direito e atua como suporte documental aos usuários cadastrados na Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU), aos servidores do Conselho da Justiça Federal, aos servidores de gabinetes e assessorias jurídicas e às Bibliotecas da Justiça Federal.

O cumprimento das obrigações legais relativas à normalização de determinados assuntos permite regulamentar o desempenho das atividades em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais e integrar confiança e qualidade nos serviços prestados no âmbito da Justiça Federal.

A aquisição visa manter atualizadas as normas técnicas que fornecem regras, diretrizes ou características necessárias para atividades ou para resultados no contexto das unidades da Justiça Federal.

Como é sabido, o Centro de Estudos Judiciários tem por competência legal a realização e o fomento estudos, pesquisas, serviços editoriais e de informação, com vistas à modernização da Justiça Federal. Nesse contexto, a Divisão de Biblioteca e Editoração vem desenvolvendo trabalho proativo e colaborativo, para subsidiar o desempenho das atividades dos desembargadores e juízes federais, e para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional.

Assim, o objeto de contratação justifica-se pela necessidade de compor o acervo de bases de dados de conteúdo técnico, voltadas para as áreas técnicas do Conselho da Justiça Federal e magistrados da Justiça Federal e de manter-se atualizada para a normalização das obras editadas pelo CJF.

II - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver

Objetivos Estratégicos:

4. 1 Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF.

Gerenciar e multiplicar o conhecimento presente no órgão, contribuindo para a otimização dos processos de trabalho, para a inovação e para o desenvolvimento de projetos.

4.2 Estreitar a integração e a parceria com a Justiça Federal e outras instituições.

Fortalecer a integração/parceira com a Justiça Federal e outras instituições nacionais e internacionais, contribuindo para o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

III - Requisitos da contratação

Disponibilização do acesso à base de dados no acervo bibliográfico virtual da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal e para a pesquisa na internet para os usuários cadastrados, mediante senha de acesso, na Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU) e no sistema de biblioteca, no prazo máximo de 03 (três)

dias úteis, após o recebimento da nota de empenho. A assinatura da base de dados deverá contemplar o período de 12 (doze) meses, com os acessos simultâneos e ininterruptos, ou seja, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, exceto em casos de manutenção.

IV - Estimativas das quantidades e de preços

Assinatura anual da base de dados eletrônica contendo 20 (vinte) normas atualizadas, abrangendo as Normas Técnicas Brasileiras (NBR), Normas Mercosul (ANM) e Normas Técnicas NBR ISO - *International Organization for Standardization* pelo período de 12 (doze) meses.

As normas que comporão a coleção serão indicadas de acordo com a demanda durante a vigência da assinatura e ao final haverá a atualização das normas de interesse para Justiça Federal. Optou-se pela redução do número das normas como medida de contenção de despesas diante do cenário atual.

A empresa Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) propõe o seguinte valor para acesso à ABNTColeção: 1.030,00 (mil e trinta e cinco reais).

A empresa Target Engenharia e Consultoria Ltda. propõe o seguinte valor para a aquisição: 1.200,00 (mil e duzentos reais).

A estimativa de preços está amparada no valor praticado em contratações conforme notas fiscais utilizadas para a pesquisa de preços juntada ao processo: Echoenergia NF 4578, com o valor de R\$ 1.240,00; Exatron NF 4062, com o valor de R\$ 1.058,00; Marista NF 130029, com o valor de R\$1.293,00

V - Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto

Não se aplica o parcelamento da contratação pelos critérios técnicos adotados no mercado de publicações e pela prática vigente de aquisição de periódicos adotadas nos órgãos, ou seja, pelos critérios de viabilidade e aproveitamento do mercado.

VI - Contratações correlatas e/ou interdependentes

A contratação anterior foi firmada com a empresa Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e consta no processo n. 0001138-70.2020.4.90.8000. Foi adquirido acesso à base ABNTColeção para o período de 03/08/2020 a 03/08/2021.

VII - Declaração da viabilidade ou não da contratação

Considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados (autoridade do corpo editorial, publicação periódica eletrônica e atualidade do conteúdo) avalia-se como viável a presente contratação.



Autenticado eletronicamente por **Tânia Cristina de Oliveira, Chefe - Seção de Gerência de Redes e Bases de Dados Jurídicas**, em 01/06/2021, às 19:47, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Autenticado eletronicamente por **Maria Aparecida de Assis Marks, Diretor(a) - Divisão de Biblioteca e Editoração**, em 01/06/2021, às 19:56, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0225867** e o código CRC **1AA98EF2**.